

Parlamentares dão crédito à tese da eleição simultânea

27 MAI 1988 8861 VW 12
municipal (ANC) p4

A estratégia dos constituintes que defendem a coincidência das eleições municipais com o pleito para Presidente da República, em julho ou setembro do próximo ano, consiste em dar mais oito meses de mandato aos atuais prefeitos e vereadores, em troca da subtração de quatro meses do mandato do presidente José Sarney. Constituintes de vários partidos estavam achando vantajosa tal transação.

"Estou com os ouvidos quentes de ouvir falar em coincidência das eleições para prefeitos e Presidente da República", reconheceu o senador Jarbas Passarinho, líder do PDS na Assembléia.

Segundo Passarinho, a idéia da coincidência de tais eleições implicaria a fusão de duas emendas que transitam na Constituinte: uma, do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que prorroga os mandatos municipais; e outra, do deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), que determina a realização do pleito presidencial em dois turnos, nos meses de abril e maio do próximo ano.

"Realizar a eleição presidencial isoladamente, como está previsto" (em 15 de novembro de 1989, se vingarem os cinco anos de mandato para Sarney) — disse o líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi — "vai obrigar cada candidato à sucessão a ter vários caminhos de dinheiro".

Apoio militar

A tese da coincidência geral das eleições conta com as simpatias das Forças Armadas. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) informou que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, também é favorável àquele princípio. Os militares, segundo o parlamentar mineiro, acham mais racional a realização de um único pleito, em 89, para Presidente, prefeitos e vereadores, para governadores e até para o

Senado e a Câmara. Na Constituinte, porém, foi muito grande a resistência à redução dos mandatos de governadores e dos congressistas. Diante disso, as conversas sobre o assunto evoluíram para eliminar qualquer restrição ao período de mandato dos governadores e dos parlamentares.

O líder do Governo na Assembléia, senador Saldanha Derzi (PMDB-MT), também sustenta que é impossível ao País realizar três eleições em três anos sucessivos (municipais em 88; presidenciais em 89 e para o Congresso e governos estaduais em 90). "Assim" — disse ele — "é preciso estudar uma solução para o problema de tantas eleições em tão pouco tempo".

Entendimento

Sobre estágio atual das conversas prorrogativas, no caso dos mandatos municipais, e reducionistas, quanto ao período do governo de Sarney, o deputado José Camargo, do PFL paulista, explicou que se discutia, agora, em torno da fórmula das eleições municipais coincidentes com o primeiro turno do pleito presidencial em setembro de 1989, e a realização do segundo turno para Presidente em novembro do mesmo ano. Esta solução, no entanto, praticamente não afeta o mandato do atual presidente, já que seu sucessor, pela Carta que está sendo aprovada, terá de assumir o Governo em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição presidencial.

Os pefelistas em geral afirmam que o presidente Sarney não abre mão de um dia sequer do mandato de cinco anos, com o qual conta na Constituinte. Mas alguns deles reconhecem que o Presidente não terá como resistir ao entendimento dos militares, segundo o qual a realização de três eleições sucessivas agravará as dificuldades econômicas do País, nos próximos três anos.